

Saúde estuda planejamento familiar

O ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, comentou ontem a mensagem do presidente Figueiredo ao Congresso Nacional sobre a preocupação do Governo com o crescimento populacional. Segundo o ministro, seu ministério está consciente de necessidade de um amplo debate sobre o assunto planejamento familiar e se coloca a disposição das autoridades legislativas para fazê-lo.

O ministro da Saúde acrescentou que a mensagem do Presidente deverá ser estudada e meditada, e deverá ser interpretada amplamente por todos os setores da sociedade, e o melhor lugar para se fazer isso é o Congresso Nacional. Na opinião do ministro a política demográfica é uma decisão de Governo e não do Ministério da Saúde, que está pronto a receber e executar as diretrizes que forem emanadas.

A orientação de hoje para o MS, segundo Arcoverde, no que diz respeito ao planejamento familiar, é a de privilegiar métodos naturais em caráter universal, e todos os demais métodos que sejam acompanhados por determinações médicas, como atendimento individualizado. Arcoverde acha fundamental que toda e qualquer atividade ligada ao planejamento familiar esteja incluída nos programas de proteção à saúde materno-infantil, não sendo isolada. Segundo ele, há dez anos atrás a taxa de natalidade no Brasil era de 2,49% e, segundo o ministro, estamos crescendo hoje a um índice de 2,1%. Mesmo que o aumento populacional esteja ocorrendo e taxas declinantes sejam registradas, o ministro sustenta que isto representará mais de 60 e 70 milhões de pessoas até o ano 2 mil.

Na última década, disse Arcoverde, para cada grupo de mulheres de 15 a 49 anos, tínhamos 167 nascidos vivos e hoje este número é de 122 disse o ministro. E, paralelamente a este crescimento da população, ocorre o aumento de expectativa de vida, o que leva a antever uma população de velhos muito grande para o futuro. Hoje afirma o ministro "existem 8 milhões de idosos que deverão atingir a 19 milhões no ano 2.000. Com o envelhecimento, as enfermidades degenerativas e mentais aumentam rapidamente e permanecem os problemas endêmicos derivados da situação de pobreza", afirmou. O ministro acrescenta que existem 12 mil unidades de saúde para atender aos quase cinco mil municípios brasileiros, o que leva a crer que exista uma infra-

estrutura básica para se iniciar um planejamento familiar. Disse o ministro: "falta a decisão política, pois um dos princípios do Governo Figueiredo é a paternidade responsável". Segundo ele, a infra-estrutura não será problema, desde que o orçamento de seu Ministério seja a expressão financeira das suas propriedades na política de saúde. Arcoverde acha que o problema é que o planejamento familiar é um processo educativo que não se impõe de uma hora para outra, e existem implicações de ordem cultural religiosa e econômica, o que exige um amplo debate de onde será extraída a consciência nacional do problema.